



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XX Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O fim da ideologia? Análise dos discursos de posse dos chanceleres
Celso Amorim e Ernesto Araújo**

Igor Leal Pinto

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos

Brasília

2019

RESUMO

Em razão de recentes e repetidas declarações por parte dos novos responsáveis pela condução da política externa sobre a aparente necessidade de libertar as relações internacionais brasileiras do viés ideológico, este trabalho se propõe a analisar e comparar os discursos de posse dos ministros das relações exteriores Ernesto Araújo (2019) e Celso Amorim (2003), por meio de ferramentas da Análise de Discurso.

Busca-se, com esse exercício, perceber em que medida cada um declara de forma mais ou menos objetiva suas diretrizes à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Espera-se, também pela via comparativa, concluir qual dessas locuções seria a mais “ideológica”, no sentido de conter uma linguagem de cunho mais conceitual do que programático. Nesse sentido, não se encontrou evidências, no material analisado, de que houve uma gestão mais ideológica no passado, nem de que se estaria, agora, diante uma política externa menos ideologizada.

Palavras chave: Política Externa Brasileira (PEB), Análise de Discurso (AdD), Ministério das Relações Exteriores (MRE).

ABSTRACT

This paper aims to elucidate in which measure the inaugural speeches of Mr. Amorim (2003) and Mr. Araujo (2019) give clear indications of what would be their intended policies ahead of the Brazilian Ministry of External Relations. Moreover, it aims to show, by the means of comparison, to which extent these discourses might be more “ideological” in the sense that it may contain a language that is more concept driven rather than policy guided.

Nonetheless, neither the elements of the Discourse Analysis Theory presented in this paper, nor the data obtained from the material analyzed seem to support the notion that there has been an ideological administration in the past versus a less ideologized one in the present.

Key words: Brazilian Foreign Policy (PEB), Discourse Analysis (AdD), Ministry of External Relations (MRE).

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista cronológico pode-se julgar um tanto prematuro tecer análises da política externa promovida por um governo que apenas se inicia. Do ponto de vista discursivo, contudo, esses limites temporais tornam-se mais tênues. Discursos, por mais recentes que sejam, são dotados de elementos subjetivos e ideológicos que, aliados aos elementos linguísticos e históricos que também lhes são inerentes, possibilitam ter uma compreensão ampla não só dos elementos textuais, mas também dos aspectos contextuais que lhes são subjacentes.

Uma vez que haja discursos - e os há, pois, são parte vital de qualquer atividade política - há, portanto, material suficiente para a confecção de investigações com base nas teorias de Análise de Discurso (AdD). Mas a que serviria aos estudos da Política Externa Brasileira (PEB) um trabalho com base na Análise de Discurso, uma vez que o exame da matéria encontra suporte diretamente nas teorias das Relações Internacionais (RI)? Primeiramente é preciso considerar o papel central da fala na seara diplomática, área em que cada gesto é revestido de simbologia e história, e cada palavra tem significado e relevância.

Ademais, ao partir do princípio de que os discursos de posse contêm (ou deveriam conter) as linhas gerais dos projetos, das diretrizes e das políticas públicas a serem perseguidos pela nova gestão, então não é impossível concluir que tais apresentações tratam-se de um compêndio propositivo de ações, de interesse, portanto, tanto por seu caráter indissociável da atividade política que se pretende analisar, quanto pelo prognóstico que promete oferecer.

Assim, atento à questão discursiva, o analista de política externa terá percebido, por exemplo, a frequência com que a expressão “sem viés ideológico” e seus sinônimos vêm sendo utilizados pelo alto escalão da atual gestão para referir-se aos rumos que se prende dar à política externa brasileira. Essa expressão, por conseguinte, tende a adquirir especial importância para a compreensão e análise da formulação política externa contemporânea.

E diante de tal constatação, em algum momento, o analista será levado a questionar-se se, de fato, houve período na história da política externa do país em que esta se encontrou sob o domínio de “viés ideológico”. Perguntará, na sequência,

se seria possível afirmar que, na presente gestão, o país estará formulando uma política externa verdadeiramente livre de ideologias.

Desse modo, mesmo sem se dar conta, ao notar a frequência com que certos termos vêm sendo utilizados, e ao levantar, a partir do discurso oficial, questões pertinentes ao seu objeto de estudo, o analista de política externa, estará lançando mão de instrumentos pertinentes à análise do discurso.

Isto posto, o que se propõe aqui é fazer uma breve análise comparativa dos discursos de posse dos ministros Ernesto Araújo¹ e Celso Amorim² a fim de extrair dessas intervenções evidências que confirmem ou contradigam as questões acima.

Além disso, se fará, mais adiante, uma explanação sumária sobre conceitos da Análise de Discurso. Espera-se, com isso, apresentar as ferramentas básicas com as quais, ao final, se conduzirá o exercício analítico.

Antes, porém, tendo em vista que *ideologia* é uma palavra polissêmica, faz-se necessário, ainda que brevemente, pontuar alguns conceitos gerais e definir que se entenderá pelo termo doravante. Textos introdutórios ao tema da autoria de Marilena Chauí e de Norberto Bobbio acudirão a esse propósito.

A professora Marilena Chauí entende ideologia como sendo o “ocultamento da realidade social” por cujo intermédio “os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas”³. Essa definição alinha-se com o que o professor Norberto Bobbio chamou de “significado forte”⁴ da ideologia. O significado forte, ele explica, “tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes”⁵.

¹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do Ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores - Brasília, 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

² MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de ministro de estado das relações exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7547-discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim-por-ocasiao-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

³ CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. 16^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 21.

⁴ BOBBIO, Norberto *et alli*. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Vol. 1, 11^a Ed., 1998, p. 585.

⁵ Idem.

Contudo, ele ressalta que há um sentido da palavra mais comumente utilizado a que chama de “significado fraco”, entendido como “um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”, sendo que “aquilo que é ‘ideológico’ é normalmente contraposto de modo explícito ou implícito ao que é ‘pragmático’”⁶.

Ao propor uma política externa livre do viés ideológico, o discurso de Araújo (e de Bolsonaro, quem lhe nomeou chanceler) parece ter muito mais a ver com a noção de um “sistema de crenças políticas”⁷ que teria existido em governos anteriores, e que ora deixará de ser em razão da ascensão de novas forças políticas ao poder, do que com a formulação marxista. Será esse, portanto, o sentido (“fraco”, conforme definido por Bobbio) que a palavra “ideologia” terá ao longo deste trabalho.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

A ANÁLISE DE DISCURSO

Antes de tudo, é importante ressaltar que não é objetivo deste trabalho esgotar a literatura disponível sobre o tema ou mesmo abordar todos os aspectos pertinentes aos marcos teóricos desse campo do saber. O que se propõe é, isto sim, baseado na obra *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* de Eni P. Orlandi, apresentar algumas noções gerais a fim de situar o leitor sobre as bases em que se deu o exercício de análise que se fará mais adiante. Aqueles interessados em se aprofundar mais sobre o assunto poderão referir-se, ao final deste trabalho, às obras do Professor Pêcheux e da própria Professora Orlandi. Essas obras, por sua vez, conterão nelas mesmas diversas referências a outros textos de interesse para o leitor.

O objeto de estudo da Análise de Discurso, como o nome sugere, é o discurso. Necessário, portanto, dedicar algumas linhas à definição desse objeto. Segundo a professora Eni Orlandi, o discurso é “palavra em movimento, prática de linguagem: como o estudo do discurso observa-se o homem falando.”⁸ Desta forma, embora os estudos da Sintaxe, da Semântica, da Etimologia, da Estilística, da Lexicologia, da Retórica e da própria língua lhe sejam úteis (e essa lista poderia alongar-se ainda mais), de modo geral, trabalham com a palavra estática, em “estado de dicionário”, e aí está uma diferença fundamental.

A eleição de uma fala diante de todas as outras possibilidades diz muito além do que a palavra enunciada em si. E mesmo a fala pode mudar de significado a depender das circunstâncias. Em outras palavras, os signos adquirem sentido em seu uso. “Na análise de discurso,” - a professora esclarece - procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história”⁹.

Assim, “a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, (...) seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.”¹⁰

⁸ ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12^a Ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 13.

⁹ Idem.

¹⁰ ORLANDI, 2015, p. 14.

Desta forma, importa não só o que foi dito, mas como foi dito, por quem foi dito, bem como os contextos históricos e correntes daquilo que se disse ou se deixou de dizer. Quando o sujeito diz, por exemplo, “ah, não me encha o saco!”, poderia ter comunicado essa mesma ideia de diversas outras maneiras. Poderia ter dito “o senhor está sendo inconveniente”, ou ainda “hoje estou indisposto, conversaremos amanhã”. Poderia também ter se calado. Certamente não diria “ah, não me encha o saco!” para seu patrão, tão pouco diria “o senhor está sendo inconveniente” para um amigo íntimo e provavelmente não diria nada a alguém que estivesse cortejando no primeiro encontro, ainda que a pessoa estivesse, de fato, lhe aborrecendo. Os contextos sociais, históricos e ideológicos são determinantes para que o sujeito diga o que diz.

Ademais, os discursos não existem estanques, isolados, mas comunicam-se entre si na medida em que dependem, para fazer sentido, de uma “memória”, de um “saber discursivo que torna possível todo o dizer, (...) o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra tomada”¹¹. É o que a teoria chama de interdiscurso. Em outros termos, se toda fala fosse totalmente original, a compreensão seria impossível. Seria como se surgisse uma linguagem nova e desconhecida, portanto, ininteligível, a cada novo pronunciamento. Para o discurso funcionar é necessário que haja compreensão e, para que isso aconteça, é necessário que os sujeitos compartilhem um conhecimento comum que lhes é anterior e, ao mesmo tempo, constitutivo de seus novos discursos.

E a “observação do interdiscurso nos permite” - conclui a professora - “remeter o dizer [...] a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos”¹².

Cabe dizer que a Análise de Discurso não se restringe ao texto oral ou escrito, mas também se ocupa da imagem, do som, da letra etc., pois entende com práticas discursivas as atividades semióticas de diferente naturezas. O exercício analítico, portanto, poderá variar na medida em que dependerá não só de diferentes concepções de discurso, mas também do uso de ferramentas diversas, além do conhecimento e da habilidade do analista. Isso também implica em dizer que, nenhuma análise é

¹¹ ORLANDI, 2015, p. 29.

¹² ORLANDI, 2015, p. 30.

terminativa, na medida em que o mesmo objeto poderá ser observado por diversos analistas, cada um com abordagem e instrumentação próprios.

As implicações práticas desses princípios teóricos têm alcance maior do que se possa imaginar num primeiro momento, podendo, inclusive produzir análises cujos resultados extrapolam o campo das ciências da linguagem. Na medida em que o analista estará atento a uma miríade de fatores, tais como as condições de produção do discursos, as escolhas vocabulares ou imagéticas, o que foi deliberadamente deixado de fora, o que ficou implícito, as hesitações, as repetições, a posição social e hierárquica do sujeito e, sobretudo, o impacto que o discurso tem sobre o mundo concreto.

Assim, quando o autor do discurso, por exemplo, é o presidente eleito e ele responde a um repórter, durante uma entrevista coletiva, que as missões de seu futuro chanceler serão a de motivar o MRE; de “incrementar a questão de negócios com o mundo todo, sem o viés ideológico”¹³; de ter iniciativa; e de devolver o brilho àquele ministério, essas afirmações produzem um significado que vão além da mera decodificação das palavras enunciadas.

Ao dizer que era necessário motivar o MRE, o que ele não disse, mas fica entendido, é que o MRE, na opinião dele, estaria desmotivado. Ao propor o incremento de negócios com o mundo todo, mas sem viés ideológico, está dizendo, em outras palavras, que o comércio internacional brasileiro estará aquém da sua capacidade, ou ainda, que não se estava negociando com todos os potenciais parceiros, ou também, que questões ideológicas impuseram limites ao país na prática do comércio internacional. Ao cobrar iniciativa, fica implícita a crença de que faltou iniciativa anteriormente. Afirma-se que é preciso devolver o brilho, é porque avalia que o brilho já se perdeu (e, de fato, isso foi dito explicitamente na ocasião).

O que está verbalmente expresso revela apenas a superfície. Para penetrar mais profundamente as camadas do discurso, é preciso conhecer, no caso em questão, o histórico das recentes disputas eleitorais, das críticas da chapa vencedora a governos anteriores, das disputas pelo poder por grupos políticos antagônicos e assim por diante. Só comprehende esses sentidos “adicionais” quem conhece os outros discursos ao qual este se vincula.

¹³ YOUTUBE. Entrevista com Bolsonaro - anunciado Ernesto Araújo o ministro das relações exteriores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r2f_leovr0>. Acesso em: 14 nov. 2018.

Não basta, assim, ser fluente na língua portuguesa. Alguém que domina o idioma, mas desconhece o cenário sobre os quais tais eventos se construíram, dificilmente avança para muito além da definição de dicionário das palavras. Como afirma Orlandi, “(...)podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”¹⁴.

Desse modo, se Ernesto Araújo ressona a fala do presidente de que é preciso acabar com o viés ideológico existente nos governos anteriores, mesmo após ter trabalhado diretamente sob a chefia de dois embaixadores que se tornaram chanceleres do governo de Dilma¹⁵, isso tem significado. O próprio fato de ter aceitado o convite para ocupar a pasta, quando poderia tê-lo recusado, produz sentidos. Afinal, será que diplomatas que têm histórico semelhante pensam todos da mesma maneira? Reagem todos da mesma forma? Será que o embaixador Araújo foi convencido pelos fortes argumentos do novo governo? Ou será que, na realidade, nunca se alinhou politicamente com as gestões anteriores e só fez o que lhe cabia em razão de sua profissão? Será que viu a oportunidade de se ascender na carreira sem se preocupar muito com compromissos partidários? Ou será simplesmente um servidor público cumprindo fielmente a missão institucional que recebeu do presidente da República?

Um meio aparentemente óbvio de se obter respostas a esses questionamentos seria perguntar diretamente aos sujeitos envolvidos. Mas e as respostas oferecidas seriam claras, transparentes, despidas de qualquer interesse? A Análise de Discurso diz que não. Para a AdD, a linguagem é, necessariamente, opaca, não transparente, na medida em que está sujeita a produções e a interpretações equivocadas. Ademais, ainda que fosse a intenção do sujeito explicar exatamente o que seu discurso significa, isso não seria possível, pois, como esclarece Orlandi:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. (...) O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se

¹⁴ ORLANDI, 2015, p. 40.

¹⁵ Mauro Vieira foi Embaixador em Washington de 2010 a 2015 e Ministro da Relações Exteriores de 2015 a 2016. Luiz Figueiredo foi Ministro das Relações Exteriores de 2013 a 2014 e Embaixador em Washington de 2015 a 2016.

constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse ‘x’ (ilusão de entrevista *in loco*). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados. (ORLANDI, 2015, p. 30.)

Destarte, uma maneira mais eficiente de extrair sentidos dos discursos é analisá-los munido das diferentes ferramentas que a AdD pode oferecer. E o fato dos sujeitos produzem suas falas nos mais diversos papéis sociais que exercem não é um fator limitante para essa teoria. Pode ser aplicada ao discurso do amante, do empregado, do ativista ambiental e também do ministro das relações exteriores. Aplica-se, portanto, perfeitamente na seara das Relações Internacionais, podendo dali colher frutos de interesse para a área que, quiçá, não se obteriam exclusivamente com os instrumentos teóricos das RI.

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DISCURSOS DE POSSE DE CELSO AMORIM E ERNESTO ARAÚJO

Embora em posições diferentes do espectro político, as eleições de Jair Bolsonaro, em 2018, e a de Lula, em 2002, representaram um momento de muita esperança por parte de seus eleitores e de certeza que grandes transformações viriam. Os contrastes, claro, não se encerram apenas na questão de posicionamento político. Temos, de um lado, um governo já encerrado há alguns anos, amplamente estudado e analisado, o que torna possível avaliar com considerável precisão em que medida as propostas apresentadas no início do mandato foram, de fato, postas em prática. Do outro, temos um governo que apenas se inicia e sobre o qual não é possível afirmar em que medida suas declarações de intenção se transformarão, efetivamente, em políticas e ações.

De toda sorte, tendo por base a ideia de que discursos de posse objetivam delinear os princípios e metas gerais a serem executadas, assumiu-se aqui o desafio de traçar paralelos e identificar até que ponto as falas de um e de outro deixam claros seus objetivos para a política externa brasileira, por meio de uma análise dos discursos de posse dos ministros Celso Amorim (2003) e Ernesto Araújo (2019).

Propõe-se aqui fazer não só comparativo quantitativo das falas (número de palavras, de citações etc.), mas também, uma leitura qualitativa em que se buscará avaliar até que ponto tais falas são mais abstratas (ideológicas) ou mais diretivas (pragmáticas).

Esta análise, claro, poderia ser muito mais completa se o mesmo exercício fosse feito para os discursos de todos os Ministros de Estado (ME) que assumiram a pasta do Ministério das Relações Exteriores (MRE) de 2003 até hoje. Também seria mais consistente se ainda incluíssemos as falas de posse dos senhores Presidentes da República (PR) e ampliássemos o período da análise, partindo da redemocratização ou mesmo antes. Mas o fato é que o espaço de que se dispõem não permite uma análise assim tão ampla. Fica a sugestão de trabalho para o leitor que se interessar.

Sob o ponto de vista quantitativo, os números apontam para o fato de que discurso de Araújo (4826 palavras) foi mais que o dobro do de Amorim (2061 palavras). Chama a atenção o número de vezes que aparecem referências a “Deus”, “amor” e outras expressões de cunho religioso, raros na literatura especializada.

Também não passa despercebido o esforço em definir “verdade” ou “amor à pátria”, termos mais relacionados ao discurso eleitoral de Bolsonaro (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.”) do que nos discursos do gênero. ativista. A título ilustrativo, uma rápida pesquisa pelos substantivos “amor” e “verdade” nos discursos de posse de Celso Lafer, Antônio Patriota e Aloysio Nunes, chanceleres escolhidos aleatoriamente e que atuaram em períodos históricos e sob lideranças político-partidárias distintas entre si, não resultou em nenhuma correspondência. Se tais vocábulos não fossem, de fato, estranhos ao meio, possivelmente teriam aparecido ao menos uma vez nessa busca.

No discurso de Amorim, por sua vez, termos como nomes de países, regiões do mundo, organismos internacionais, terminologias do ramo das relações internacionais e afins aparecem com frequência, sugerindo maior atenção às questões voltadas à política externa.

Na Tabela 1 pode-se observar o seguinte comparativo numérico:

TABELA 1 - Dados numéricos do discurso de posse de Celso Amorim (2003) e Ernesto Araújo (2019)

	Celso Amorim (2003)	Ernesto Araújo (2019)
Nº de palavras	2.061	4.826
Nº de linhas	220	399
Palavras em línguas estrangeiras	0	41
Citações ou referências literárias	1	11
Referências eruditas	0	10
Referências a Deus	0	7
Referências ao amor	0	15
Referências ao Império ou à Casa Real	0	1
Referências à República e seus Poderes	3	0

Referências ao Presidente (da República)	7	16
Referências a países estrangeiros	11	6
Referências a regiões do mundo	3	1
Referências a organismos multilaterais	6	2
Referências à globalização ou ao globalismo	0	8

Cabe esclarecer que, para se chegar aos resultados explicitados acima, adotou-se os critério a seguir:

Palavras em línguas estrangeiras:

- Não se computou mais de uma vez as palavras repetidas. Ou seja, termos como *aletheia* e *gnosis*, que aparecem múltiplas vezes, foram contados apenas uma vez. No total, foram contabilizadas 15 palavras em grego, quatro palavras em latim, quatro palavras em espanhol e 18 palavras em tupi;
- Muito embora seja idioma autóctone, considerou-se o tupi uma língua estrangeira por não ser hoje conhecido da maioria absoluta dos brasileiros.

Citações e referências literárias:

- Amorim fez, no final de seu discurso, uma referência ao poema *Sentimento do Mundo*, de Carlos Drummond de Andrade;
- Araújo citou o Evangelho de São João (duas vezes, ambas em grego); a canção *Monte Castelo*, de Renato Russo; a canção *Ouro de Tolo* de Raul Seixas, a tradução de oração *Ave Maria*, por Padre José de

Anchieta, para o tupi; um texto de Fernando Pessoa (originalmente publicado sob o heterônimo de Álvaro de Campos na revista lisboeta *Sudoeste* com o título de *Nota ao acaso*); e uma passagem de *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes; além de fazer referências a Marcel Proust, a Clarice Lispector, a José de Alencar e a Gonçalves Dias.

Referências eruditas:

- Foram contabilizadas como referências eruditas as menções ao filme *Independência ou Morte* (1972), de Carlos Coimbra; a Alexandre de Gusmão; diplomata nascido em Santos que, à serviço da corte portuguesa, renegociou os termos do Tratado de Tordesilhas e ajudou a “desenhar” o atual mapa do Brasil; a D. João VI, rei de Portugal e pai de D. Pedro I; ao Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira; ao seriado espanhol *Ministerio del Tiempo*; a Dom Sebastião; rei português desaparecido durante uma batalha em terras marroquinas e que, segundo a lenda, retornará para resgatar Portugal; a três veículos de mídia estrangeiros (*Foreign Affairs*, *The New York Times* e *CNN*); ao Embaixador Azeredo da Silveira, também conhecido como Silveirinha, que foi chanceler do governo Geisel; a Olavo de Carvalho, escritor e ideólogo que tem exercido grande influência sobre o atual governo; à novela dos anos 60, *O Direito de Nascer*; e à saudação no idioma tupi *Anauê Jaci* utilizada pelos membros do Movimento Integralista, de cunho nacionalista, fundado por Plínio Salgado.

Referência ao Império ou à Casa Real:

- Ao saudar Bertrand de Orleans e Bragança, Araújo referiu-se a ele como “Alteza Imperial e Real”, o que não deixa de ser uma gentil deferência, já que é, de fato, descendente da antiga família imperial brasileira. Tal escolha vocabular, contudo, chama atenção, especialmente quando a palavra “República” não foi utilizada uma

única vez ao longo de todo o discurso, sequer para referir-se ao “presidente da República”, mesmo tendo, efetivamente, mencionado a figura do presidente mais que o dobro de vezes do que Amorim.

Referências a países estrangeiros, regiões do mundo e organizações multilaterais:

- Ao delinear seu plano de ação, Amorim citou nominalmente a Argentina, os EUA, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, o México, a África do Sul, a Angola, Moçambique, e Timor Leste. Também fez referência a América do Sul, aos países africanos e ao Oriente Médio. Por fim, nominou a ALCA, o MERCOSUL, a União Europeia, a OMC, a ONU, e o CSNU;
- Araújo teceu elogios aos EUA, Itália, Hungria, Polônia, Israel e àqueles que lutam contra a tirania na Venezuela. Também expressou admiração por aqueles “que estão construindo uma África pujante e livre”. Por fim, assegurou que o Brasil entraria “com todo o seu peso e toda sua criatividade” nas negociações da OMC e que a atuação do país junto à ONU seria reorientada em favor “daquilo que é importante para os brasileiros” e não para as ONGs.

Referências ao globalismo ou à globalização:

- Embora *globalização* e *globalismo* não sejam termos exatamente equiparáveis, como este último só recentemente passou a fazer parte do discurso da política externa brasileira, ao compará-lo com *globalização* buscou-se o termo que, em 2003, mais se aproximaria. Ainda não assim, não houve nenhuma ocorrência dessa expressão, uma vez que, no início dos anos 2000, já se considerava a globalização como um fenômeno consolidado e as discussões já não se prendiam a ele. Ademais, é importante notar que o termo *globalismo* não é utilizado no mesmo sentido dado pelos livros de teoria das relações internacionais, como sendo o “conjunto de perspectivas teóricas influenciadas pelo materialismo histórico desenvolvido inicialmente por Karl Marx”¹⁶. Quiçá, a melhor definição encontrada até o momento sobre que representa o globalismo nesta linha de pensamento seja aquela elaborado pelo Embaixador Paulo Roberto de Almeida (que, ironicamente, é crítico dessa corrente). Ele explica que o “globalismo (...) tende (...) a restringir, a constranger, fazer retroceder a globalização, por considerar que esse processo atua contra os interesses dos Estados nacionais, em favor de uma entidade (...) que seria o ‘governo mundial’”¹⁷.

Cabe ainda dizer que, embora o discurso de Amorim seja consideravelmente menor (quase a metade), apresenta-se mais denso na medida em que, conforme demonstram os sumários acima, quase todos os parágrafos (do 4º ao 29º, ou seja, 87,88% do total) são dedicados a assuntos diretamente ligados à política externa. Araújo, por sua vez, muito embora demonstre grande erudição, discorre sobre o Itamaraty apenas nos intervalos do 20º ao 25º; do 39º ao 50º; e do 58º ao 61º parágrafos (24 parágrafos, 72% do total) e, mais especificamente, sobre o

¹⁶ JATOBÁ, Daniel. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 57

¹⁷ DIPLOMATIZZANDO. Globalismo e globalização (ou vice-versa): Olavo de Carvalho e Paulo Roberto de Almeida. Disponível em: <<http://diplomatizzando.blogspot.com/2017/12/globalismo-e-globalizacao-ou-vice-versa.html>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

direcionamento da política externa brasileira apenas entre o intervalo do 73° ao 80° parágrafos (menos de 9% do total).

ANÁLISE QUALITATIVA DOS DISCURSOS DE POSSE DE CELSO AMORIM E ERNESTO ARAÚJO

Para a análise qualitativa, optou-se por subdividir o texto em blocos de assuntos, na ordem em que aparecem. Isso permitirá, ao menos se espera, identificar rapidamente os grandes temas tratados em cada exposição. De posse dessa informação, ficará mais fácil identificar o grau de afinidade e relevância das matérias abordadas para com a política externa brasileira.

Grosso modo, o discurso de Araújo pode ser dividido da seguinte maneira:

1º§¹⁸ - Saudações às autoridades e demais presentes;

2º§ - Agradecimentos ao seu antecessor e ao atual PR;

3º§ ao 7º§ - Introdução - citação de João 8:32 em grego (“conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”);

8º§ ao 9º§ - *Aletheia* (“a verdade”) - aqui se explica que o Brasil precisa “desequecer-se” (*i.e.*, lembrar-se de quem é) e reconectar-se consigo mesmo (seu eu original, por assim dizer) para encontrar a verdade;

10º§ ao 12º§ - *Eleutheria* (“vos libertará”) - assim como o presidente Bolsonaro está libertando o Brasil, a política externa brasileira será liberta;

13º§ ao 19º§ - *Gnosis* (o conhecimento-sentimento) - o autor explica que o termo se trata de uma experiência íntima de conhecimento, uma verdade que não pode ser ensinada, mas sentida e que “só o amor que conhece o que é verdade”;

20º§ ao 25º§ - declara que o Itamaraty precisa retomar o papel de “guardião da continuidade da memória brasileira”, pois ele é o “santuário” onde antigos heróis habitam e, por tratar-se de um “Ministério do Tempo”, tem “a responsabilidade de proteger e regar esse tronco histórico multissecular por onde corre a seiva da nacionalidade”;

26º§ ao 28º§ - *Ubique Patriae Memor* (“em todos os lugares, eu me lembro da pátria”) - relembra o lema do Barão de Rio Branco e declara que o

¹⁸ Para fins de numeração dos parágrafos, está se considerando a saudação às autoridades em ambos os discursos como um único e primeiro parágrafo (embora, graficamente, cada autoridade citada esteja disposta em linhas separadas).

Itamaraty precisa sentir “essa verdade profunda que é a pátria”;

29º§ ao 38º§ - “Não tenham medo” - conclama a não ter medo de ser Brasil e insta a ler menos periódicos estrangeiros e mais literatura brasileira;

39º§ ao 50º§ - O Itamaraty - afirma que o Itamaraty existe para o Brasil e não para a ordem global, pondera que cuidará da administração e do fluxo de carreira no MRE, relembra a famosa frase do Embaixador Silveirinha, critica vaidades dentro do MRE e diz que Itamaraty não pode ver-se como melhor do que o Brasil;

51º§ ao 57º§ - “O Poeta inferior diz o que acha que deve sentir”, “O Poeta superior diz o que sente” - compara o Brasil ao poeta da citação de Pessoa e o país passará a dizer o que sente e não mais falará “para agradar os administradores da ordem global”;

58º§ ao 61º§ - Declaração dos valores - declara que o Brasil é um país universalista, que quer ser escutado, que buscará alianças que lhe permita chegar onde quer, que defende a liberdade, a vida e o direito de cada

povo ser o que é. Afirma que o problema do mundo não é a xenofobia, mas *oikofobia*, i.e., “odiar o próprio lar”;

62º§ e 63º§ - Teofobia - acredita que para “destruir a humanidade é preciso acabar com as nações e afastar o homem de Deus, e é isso que estão tentando, e é contra isso que nos insurgimos”;

64º§ ao 72º§ - O Globalismo - explica o que entende por globalismo e as ameaças que ele nos impõe;

73º§ ao 80º§ - Direcionamento da Política Externa Brasileira - delineia alguns princípios do que deverá ser a PEB sob seu comando, que se resumem em quatro pontos: I- “Formularemos com cada parceiro internacional um programa de trabalho específico”, II- “Implementaremos uma política de negociações comerciais para os dias de hoje”, III - “[O]rientaremos todas as relações bilaterais e multilaterais para a geração de resultados concretos para o emprego, a renda e para a segurança dos brasileiros”, e IV- “Abriremos o Itamaraty para a sociedade, seremos a casa de todos os brasileiros”;

81º§ ao 89º§ - Encerramento - cita novamente o Evangelho de São João em grego (no princípio era o verbo) para afirmar que com o poder da palavra se combaterá o globalismo e

se fará as transformações necessárias. Despede-se clamando pelas bênçãos de Deus e fecha com a expressão *Anuê Jaci*, a mesma usada pelo movimento integralista de Plínio Salgado, como já visto acima.

A fala de Araújo demonstra grande erudição, o que é algo valioso no meio diplomático. Evidencia, por exemplo, o conhecimento das letras clássicas e conceitos filosóficos, fazendo citações em grego e latim e explicando conceitos abstratos, como no caso da tríade *aletheia*, *eleutheria* e *gnosis*, ou no caso da exposição sobre lema do Barão do Rio Branco *ubique patriae memor*.

Também traz certo tom piedoso ao citar passagens das Santas Escrituras, falar vastamente sobre o amor ou se insurgir contra aqueles que querem “afastar o homem de Deus”. Não parece ser uma abordagem muito comum nesse meio, uma vez que, na esfera global, há uma diversidade de crenças e práticas religiosas e, no plano interno, os afazeres da República devem ser regidos pela laicidade do Estado. Contudo, dada a recente onda de conservadorismo (frequentemente alicerçado em bases religiosas) que vem ganhando força em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, possivelmente tal abordagem não só foi deliberada, como teve algum caráter estratégico. Na pior das hipóteses, dialoga bem com boa parte da base eleitoral que levou Jair Bolsonaro à presidência.

Sua abordagem sobre conceitos próprios das relações internacionais também revela uma visão teórica pouco ortodoxa. Isto fica evidenciado quando se debruça, por exemplo, sobre o globalismo. A própria escolha temática parece incomum, ademais, como já explicitado anteriormente, o sentido que atribui ao termo diverge daquele que se costuma encontrar nos livros introdutórios sobre as teorias de RI.

Peca, também, quanto à apresentação de diretrizes claras para a condução da PEB e do MRE. Quanto a esse quesito, toda sua fala provavelmente poderia ser resumida ao conjunto encabeçado por quatro verbos - “formularemos”, “implementaremos”, “orientaremos” e “abriremos” - presentes no intervalo do 73º ao 80º parágrafos, conforme visto acima.

Já o discurso de Amorim apresenta a seguinte estrutura:

1º§ - Saudações às autoridades e demais presentes;

2º§ e 3º§ - Agradecimentos ao PR e ao seu antecessor;

4º§ e 5º§ Declaração de intenções - delineia os princípios norteadores da PEB, quais sejam, reduzir a desigualdade entre pessoas e nações e melhorar a vida do povo brasileiro. Convoca o Serviço Exterior Brasileiro (SEB) a participar ativamente;

6º§ ao 8º§ A política externa e a sociedade brasileira - os diversos setores da sociedade precisam estar envolvidos (governo, sociedade civil, trabalhadores, empregados etc.) e a política externa precisa refletir os interesses e valores de nossa sociedade;

9º§ Cenário complexo - elenca as dificuldades esperadas no cenário internacional;

10º§ ao 14º§ A política externa como parte da estratégia nacional de crescimento e um ambiente de onde se deve cuidadosamente extrair boas oportunidades.

15º§ ao 18º§ A América do Sul (Am. S.) - declara que a Am. S. será prioridade nas PEB;

19º§ Estados Unidos - país de fundamental importância para as questões econômico-comercial e para condução dos grandes temas da agenda internacional de interesse do Brasil;

20º§ União Europeia (UE) e Japão - o diálogo com a UE é vital para o multilateralismo. Também é importante aproximar-se do Japão e demais países desenvolvidos;

21º§ Países em desenvolvimento - especial atenção para China, Rússia, Índia, México e África do Sul (não por acaso, à exceção do México, grupo de países que, junto com o Brasil, formam o BRICS). Atenção também para a África e para a CPLP.

22º§ e 23º§ Multilateralismo - o Brasil valorizará o multilateralismo, apoiará as causas do desarmamento e da solução pacífica de controvérsias, e lutará contra a pobreza, o terrorismo, o crime organizado etc.;

24º§ Brasileiros no exterior - é preciso assisti-los e manter seus laços culturais com a pátria de origem;

25º§ Cooperação - cooperação técnica e cultural serão peças essenciais da PEB;

26º§ ao 29º§ Serviço Exterior Brasileiro (SEB) - é preciso atender às

necessidades críticas pelas quais os servidores do SEB muitas vezes passam;

30º§ ao 33º§ Encerramento - o mundo olha para o Brasil e reconhece o momento histórico que está vivendo. A tarefa a frente é enorme, mas o Itamaraty não falhará em sua missão.

Em comparação com a fala de Araújo, a intervenção de Amorim se apresenta de forma bem mais simples. São poucas as referências literárias e não há citações em línguas estrangeiras (muito menos em línguas clássicas) ou referências eruditas claras. Questões muito abstratas ou de cunho filosófico também não foram abordadas e a linguagem religiosa não foi utilizada. Assim como apontado no caso de Araújo, tais escolhas podem muito bem ter sido deliberadas, refletindo o contexto social e político que se vivia então. Com a diferença de que, naqueles anos, em vez do conservadorismo, assistiu-se à ascensão de forças progressistas ao poder por toda a América Latina e diversas outras partes do globo.

Apesar de, aparentemente, menos rebuscada, a intervenção de Amorim se revela mais objetiva, na medida em que praticamente cada parágrafo ou bloco de parágrafos é dedicado a expor algum tópico relacionado à política externa brasileira ou ao cenário internacional, evidenciando grande capacidade de síntese. Reforça esse ponto, o fato do discurso de Amorim ter menos da metade da extensão em comparação com a fala de Araújo, conforme evidenciado durante a análise quantitativa. Tendo em conta que o objeto de trabalho do Itamaraty é, justamente, a política externa brasileira e as relações internacionais, a capacidade discursiva de fazer parecer simples temas tão diversos e complexos como a relação com países desenvolvidos e organizações multilaterais, cooperação técnica e a administração interna do MRE.

Em suma, temos em tela discursos que evidenciam contextos, abordagens e concepções diversas. Tais diferenças, por si só, não determinam a efetividade dessas

intervenções. Tampouco o mero ato declaratório - “eu sei isto”, “você pensa aquilo”, “isso é assim” - fazem da assertiva automaticamente verdadeira. Mas certamente, a análise do todo nos ajuda a determinar em que medida declarações isoladas se confirmam ou em que medida o que foi enunciado encontra guarda no plano concreto.

Assim, provido com tais instrumentos, o leitor pode determinar em que medida as referências a Raul Seixas ou a Miguel de Cervantes, por exemplo, lhe possibilitou compreender os objetivos atuais para a política externa brasileira ou até que ponto explicitação de tais objetivos, no passado, representou uma intervenção majoritariamente ideológica.

CONCLUSÃO

Embora compartmentada em diversas áreas de saber para fins didáticos, a ciência é, em realidade, uma só. O ser humano, por exemplo, pode ser estudado por suas características físicas, químicas, biológicas, geométricas, psicológicas, linguísticas e assim por diante. Uma verdadeira fusão de ciências naturais e sociais num corpo só.

Assim, tendo em vista que as atividades ligadas às relações internacionais dependem, em grande medida, da práxis semiótica para se desenvolverem, optou-se por lançar mão de ferramentas desenvolvidas no campo da linguagem para chegar a resultados na área da política externa. Embora possa não ser a abordagem mais tradicional sobre esse tema, tampouco é raro o tratamento interdisciplinar no mundo acadêmico.

Claro, pode-se sempre questionar os meios e métodos, ou se afirmar que as escolhas dos índices quantificados bem como a divisão e resumo dos parágrafos de cada discurso seja um tanto quanto arbitrária. Em qualquer análise, escolhas devem ser feitas e o mesmo objeto, sob o escrutínio de outro analista, pode sempre ser encarado por outro prisma. Trata-se, portanto, de uma análise possível, mas não a única possível.

Ademais, pode-se questionar também a utilidade das análises desses discursos para o campo das relações internacionais. O questionamento é válido, tendo em vista que a área oferece um vasto repertório teórico capaz de dar conta de suas próprias questões. Sobre isto, além de não se conceber aqui a ciência como fragmentos incomunicáveis, conforme já explicitado anteriormente, há de se reconhecer, também, que as atividades de RI, na ponta, dependem grandemente da linguagem. “Acreditemos no poder infinito da palavra, que é o logos criador”, conforme disse o Embaixador Araújo em sua fala inaugural. São por meio de tratados, moções, discursos e afins que boa parte das relações internacionais se materializa.

De toda sorte, o que se buscou aqui foi pôr à prova a provocação inicial que motivou o desenvolvimento deste trabalho, isto é, a afirmação de que, antes, a política externa brasileira estava sob domínio de ideologias (subtende-se que perniciosas) e que agora não está mais. Fosse essa afirmação verdadeira, deveria

subsistir ao escrutínio de investigações e análises das mais diversas, que sempre apontariam para resultados em comum.

Os dados discursivos analisados, porém, parecem dar conta de que, pelo menos no ato inaugural de suas gestões, não há indícios de uma presença ideológica maior no passado do que haveria no presente. Ao contrário, parecem contrapor um discurso mais dedicado à apresentação de diretrizes, de planos de ação, de panoramas e de objetivos gerais no passado, a um discurso mais lexicógrafo, conceitualista, filosofal e até mesmo piedoso no presente.

E isso importa para as relações internacionais porque, ainda que seja com a melhor das intenções, políticas públicas podem estar sendo determinadas sob premissas que não encontram embasamento acadêmico ou empírico. E falhas conceituais podem, entre outras, levar a declarações e decisões equivocadas que geram prejuízos ao interesse nacional ou mesmo desvalorizam o capital diplomático acumulado pelo país ao longo de décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto *et alli*. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Vol. 1, 11^a Ed., 1998.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política externa do Brasil*. 5^a Ed. rev. ampl., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. 16^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7^a Ed., reimpr., Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Ed. rev. atual. Brasília: FUNAG, 2015.

JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

LESSA, Antônio Carlos. *A política externa brasileira no ciclo do Partido dos Trabalhadores continuidades, inovações e retrocessos (2003-2016)*. Revista Politika. Nº5. Março/2017.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 9^a Ed. São Paulo: Ática, 2010.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência nominal*. 5^a Ed. São Paulo: Ática, 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de ministro de estado das relações exteriores - Brasília, 2 de janeiro de 2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do Ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores - Brasília, 2 de janeiro de 2019.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12^a Ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5^a Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SARAIVA, José Flávio Sombra (organizador). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007.